

Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII

*Ricardo Pinto de Medeiros
Demétrio Mutzenberg*

Resumo

O presente trabalho objetivou cartografar através do geoprocessamento os povos indígenas, seus aldeamentos e deslocamentos ao longo do século XVIII no estado de Pernambuco utilizando informações oriundas de fontes documentais primárias e secundárias. Para a localização desses povos e sua dinâmica, tomou-se como um dos procedimentos metodológicos a divisão do território do atual estado de Pernambuco em unidades ambientais: serras e bacias hidrográficas mais importantes. Este procedimento permitiu localizar grupos que são mencionados de maneira muito vaga em relação a um espaço pouco delimitado. O objetivo final do trabalho é a delimitação espaço-temporal dos povos indígenas citados a partir das fontes, o que possibilita visualizar e problematizar as suas relações com o ambiente em uma perspectiva cronológica.

Palavras-chave: Povos indígenas; cartografia histórica; Pernambuco, século XVIII

Abstract

This study aimed to map through GIS indigenous people, their villages and displacements throughout the eighteenth century in the state of Pernambuco, northeastern Brazil, using information derived from primary and secondary documentary sources. To locate these people and their dynamics, has been taken, as a methodological procedures, the division of the territory of the current state of Pernambuco in environmental units: most important hills and river basins. This procedure permitted to find groups that are mentioned so much vague in slightly defined space. The final objective is the spatio-temporal delimitation of indigenous peoples from the mentioned sources, which makes possible to visualize and discuss their relationship with the environment in a chronological perspective.

Key words: Indigenous peoples; historical cartography; Pernambuco; eighteenth century

Apresentação

O presente trabalho objetivou cartografar através do geoprocessamento os povos indígenas, seus aldeamentos e deslocamentos ao longo do século XVIII no atual Estado de Pernambuco, utilizando informações oriundas de fontes documentais primárias e secundárias. O objetivo final do trabalho foi a delimitação espaço-temporal dos povos indígenas citados a partir das fontes, o que possibilita visualizar e problematizar as suas relações com o ambiente em uma perspectiva cronológica.¹

Para a compreensão da relação entre etnicidades e territorialidades indígenas na região é importante analisar a interação homem-ambiente, os padrões de assentamento e as transformações culturais oriundas do contato entre etnias ou entre conquistadores e indígenas. É necessário ainda levar em consideração o próprio processo de territorialização ocorrido com o avanço da conquista e qual seu impacto nos deslocamentos das populações nativas e, conseqüentemente, na reconfiguração do território pernambucano.

Assim, este artigo visa contribuir para um maior conhecimento sobre o processo de ocupação do território que corresponde ao atual Estado de Pernambuco e das etnias indígenas nele existentes. Tomou-se como ponto de partida o século XVIII pelo volume de informações geradas pela intensificação do processo de conquista que deu visibilidade às etnias e ao processo de transformação espacial e étnico dele decorrente.

Questões Teóricas

Para entender e registrar cartograficamente a espacialidade dos processos históricos e culturais e necessária a utilização conceitos e ideias oriundos de várias disciplinas. Uma das contribuições inovadoras do ponto de vista teórico e metodológico pode ser encontrada no pensamento do historiador e filósofo de Michel Certeau, mais especificamente na terceira parte de *A Invenção do Cotidiano*, intitulada “Práticas de Espaço”, especialmente o capítulo IX- Relatos de Espaço. Neste capítulo, o autor

¹ O trabalho apresentado é fruto de pesquisas realizadas no âmbito do INAPAS - Instituto Nacional de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semiárido do Nordeste do Brasil. Este INCT tem como um de seus objetivos o levantamento e mapeamento das etnias indígenas, seus territórios e aldeamentos existentes no semiárido do Nordeste e o acompanhamento de seus deslocamentos ao longo dos séculos. Este mapeamento visa fornecer dados que auxiliem na localização e interpretação de sítios e vestígios arqueológicos na região.

levanta algumas questões consideradas importantes como as práticas espacializantes a partir de ações narrativas, e a partir daí identifica “*algumas formas elementares das práticas organizadoras de espaço: a bipolaridade “mapa” e “percurso”, os processos de delimitação ou de “limitação” e as “focalizações enunciativas”*”(CERTEAU, 1994, p. 201).

Como a documentação utilizada para a pesquisa constitui-se em boa parte de narrativas e descrições sobre o espaço, é importante pensá-lo enquanto construção cultural, política e subjetiva, mas também como produto de práticas cotidianas, difíceis de serem apreendidas metodologicamente. Além disso, é importante pensar que o espaço vai sendo construído a partir da sua nomeação, num processo no qual os nomes e territorialidades indígenas vão sendo substituídos por territórios e denominações portuguesas.

A noção de territorialidade é fundamental para pensar o tipo de relação que as populações indígenas possuíam com o ambiente, a partir da cultura e das relações interétnicas. Segundo Roncayolo:

“Toda a população (animal ou vegetal) estabelece uma variedade de relações com a área com a qual vive (...) Na área das populações humanas tais relações são todavia medidas por aquilo a que se chama cultura, pelo que a percepção do espaço é dada sobretudo pelas relações que os homens estabelecem entre si. A territorialidade, portanto, longe de ser qualquer coisa que pertence ao instinto, está ligada às condições técnicas, econômicas e sociais e à estrutura do grupo e suas relações com outras populações.” (RONCAYOLO, 1986, p. 290)

A discussão sobre grupos étnicos e suas fronteiras, principalmente a partir do pensamento de Fredrik Barth (POUTIGNAT & STRIFF-FENART, 1998 e VILLAR, 2004) e sobre o processo de territorialização das populações indígenas no Nordeste (OLIVEIRA, 1993 e 1999) foi fundamental para essa pesquisa. Segundo Diego Villar, um dos condicionantes materiais da etnicidade no pensamento de Barth seria o fator ecológico. De seus estudos ecológicos Barth deduziu quatro postulados fundamentais:

“1) a distribuição dos grupos étnicos não é controlada por “áreas naturais” fixas e objetivas, mas pela distribuição em nichos específicos, que cada grupo explora mediante sua organização política e econômica;

2) distintos grupos étnicos irão se estabelecer em co-residência em uma área, caso explorem diferentes nichos e, especialmente, caso constituam entre si relações “simbióticas”;

3) se diferentes grupos étnicos exploram os mesmos nichos, espera-se que o mais poderoso em termos militares acabe suplantando o mais fraco;

4) se diferentes grupos étnicos exploram os mesmos nichos, mas o mais fraco dentre eles é capaz de explorar os ambientes, recursos e climas marginais, coexistirá com os outros na mesma área sem maiores problemas”. (VILLAR, 2004, p. 167-168)

Para Oliveira (1993), a compreensão da situação dos povos indígenas do Nordeste, passa por uma percepção das relações interétnicas, na qual o pensamento de Barth, apesar de criticado por ele, tem uma importância capital:

“Fredrik Barth (1969) retoma a concepção weberiana de que as comunidades étnicas são grupos virtuais, atualizados por intervenção de fatores de natureza política. Para Barth um grupo étnico não se define por seu estofo cultural (que se modifica no tempo e varia de acordo com ajustamentos ecológicos), mas através de critérios pelos quais ele mesmo estabelece as suas fronteiras (critérios de pertencimento e exclusão) e pela tentativa de normatização da interação entre membros do grupo e as pessoas de fora” (OLIVEIRA, 1993, p.6-7)

Ainda neste trabalho, o autor levanta a questão, importante do ponto de vista metodológico, de que os elementos de cultura de grupos dominados, podem ter uma outra forma de existência, ignorada ou clandestina face as tradições e saberes dominantes. Essa ideia aponta que nem todas as etnias foram mencionadas nos documentos, não gerando registros de sua presença em determinado território. A documentação pesquisada indica que as etnias mais mencionadas estão relacionadas ou a conflitos durante o período de conquista ou a reduções em aldeamentos.

Vale ressaltar que este trabalho faz parte de uma pesquisa maior, que busca entender a dinâmica territorial das etnias indígenas no território pernambucano desde o século XVI até os dias atuais. Para tal, o conceito de territorialização é de fundamental importância. Para Oliveira, o conceito de territorialização é definido como um processo de reorganização social que implicaria na criação de uma nova identidade social mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, na constituição de mecanismos políticos especializados, na redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e na reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1999, p. 20). Segundo ele, o processo de territorialização:

“[...] seria o movimento pelo qual um objeto político-administrativo - nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” - vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). (OLIVEIRA, 1999, p. 21)

Os conceitos apresentados direcionaram a pesquisa e a elaboração dos mapas temáticos em relação a contatos étnicos, territorialidades e os processos de territorialização vivenciados pelas populações indígenas do Nordeste, especialmente no século XVIII. Este século foi escolhido para o início da pesquisa e mapeamento por representar um momento no qual o contato entre os conquistadores e indígenas estava se dando de forma mais intensa, tanto pelo incremento da distribuição de sesmarias que seguiu o fim

da chamada Guerra dos Bárbaros, quanto pela implantação da política pombalina para os índios. Esse período gerou um acirramento dos conflitos territoriais e um maior deslocamento dos grupos, seja por migrações, fugas, expedições militares ou redução. Caracterizando-se, desta forma, por uma maior dinâmica nas relações de etnicidade e um maior volume documental produzido pela burocracia estatal (MEDEIROS, 2000 e 2007).

Procedimentos metodológicos

Para a realização do levantamento e mapeamento uma série de questões foi levada em consideração. Em primeiro lugar, as fontes são todas etnocêntricas, ou seja, são fontes produzidas a partir do olhar do conquistador. Os povos indígenas do período estudado não produziram fontes escritas com a sua visão do espaço e nem da história. Isso faz com que a sua visibilidade se dê somente a partir do contato e quando começam a criar entraves ao processo de conquista e delimitação do território.

Uma das dificuldades encontradas esteve relacionada aos etnônimos e topônimos presentes na documentação pesquisada. Quanto aos etnônimos, há em primeiro lugar, o problema da grafia. Além de não haver uma uniformidade na mesma, pois cada autor pode escrever de um forma, o fato de serem essencialmente denominações de fora e não autodenominações, pode fazer com que uma mesma etnia receba nomes diferentes a partir do local e do momento histórico em que está se estabelecendo o contato. Além disso, há termos que são bastante genéricos, como "tapuias" ou "índios de língua geral". No caso das fontes bibliográficas mais recentes também há etnônimos que se referem a classificações linguísticas/culturais mais amplas, como por exemplo "cariris", que precisam ser distinguidos quando se tratam ou não de etnônimos.

Quanto aos topônimos, há o problema da mudança de nome dos lugares e as subdivisões que os locais vão sofrendo ao longo dos tempos. Assim, um etnônimo associado na documentação a um topônimo que hoje refere-se a um município, podia se referir a uma área maior que encontra-se fora dos limites municipais atuais. No caso das aldeias, mesmo encontrando-se situadas no mesmo local, muitas vezes são mencionadas com denominações diferentes, além da mudança de nome que recebem ao serem transformadas em vilas e povoados no período pombalino.

No que diz respeito à representação cartográfica dos povos e sua dinâmica espaço/temporal um dos problemas encontrados diz respeito à escala na qual os povos são mencionados. Referências espaciais relativas a pequenos corpos d'água ou com referências a delimitações de propriedades da época, são de difícil localização. Além disso, povos que baseiam a sua subsistência na caça e coleta e que se deslocam bastante, têm uma relação diferente com o território, com limites mais difíceis de serem delineados. Além disso, à medida que o processo de conquista avança novos territórios são criados e as fronteiras étnicas redefinidas.

A pesquisa realizada para o início do mapeamento dos territórios e deslocamentos espaciais das populações indígenas no semiárido pernambucano dos séculos XVIII tomou como ponto de partida o levantamento em fontes escritas de dados espaciais, temporais e culturais sobre populações indígenas e aldeamentos localizados no semiárido pernambucano. Posteriormente, houve a necessidade de incluir todo o território do atual Estado de Pernambuco pois alguns deslocamentos de povos incluíram também a região do litoral e zona da mata.

Para a localização dos etnônimos indígenas e sua dinâmica, tomou-se como um dos procedimentos metodológicos a divisão do território do atual estado de Pernambuco em unidades ambientais: serras e bacias hidrográficas mais importantes. Este procedimento permitiu localizar grupos que são mencionados de maneira muito vaga em relação a um espaço pouco delimitado. Foram definidas 35 unidades ambientais a partir de elementos naturais. Algumas dessas unidades extrapolam os limites do Estado de Pernambuco, já que na documentação essas unidades se encontram extremamente inter-relacionadas com registros vinculados aos deslocamentos indígenas no estado (**Figura 1**).

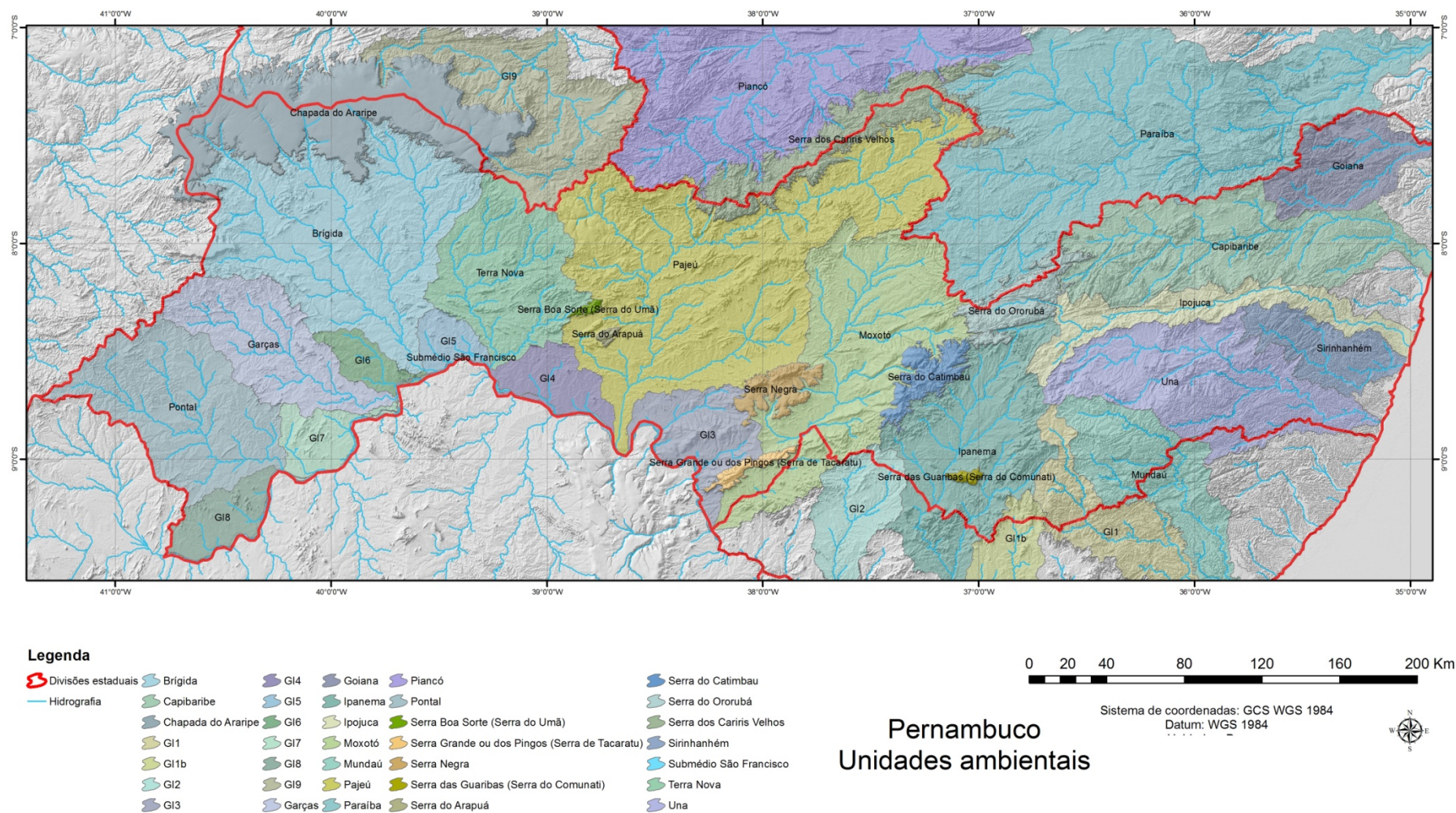


Figura 1: Unidades ambientais estabelecidas para o Estado de Pernambuco.

O fichamento das fontes consultadas teve como norteadores a busca de informações relacionadas principalmente aos deslocamentos espaciais e dinâmicas históricas e culturais vividas pelas populações indígenas. Em seguida foi realizada uma primeira sistematização dos dados levantados que foram agrupados em verbetes correspondentes às denominações de aldeamentos, de etnias, de marcos topográficos (serras, morros, etc.) ou hidrológicos (rios, riachos ou outros cursos d'água), ou ainda de delimitações políticas não-indígenas (freguesias, vilas, povoações, etc.), sendo organizados de forma cronológica.

Após o fichamento das fontes, foram inseridos em uma base de dados relacional os dados documentais segregados em quatro entidades, denominadas "ETNIAS", "UNIDADES AMBIENTAIS", "LOCAIS" e "DATA". A primeira entidade identifica o etnônimo citado na documentação. A segunda, indica as unidades ambientais que foram definidas para Pernambuco a partir de feições naturais; a terceira por marcos geográficos, quando presentes na documentação. Esses marcos geográficos podem ser aldeias, aldeamentos, vilas ou ilhas que permitiram uma maior precisão na localização do etnônimo, assim como o contexto sócio-político-cultural na qual a etnia se encontrava. O último conjunto refere-se à data de cada registro documental, sendo ainda vinculado à fonte dos dados. Posteriormente foram registradas as informações espaciais correspondentes aos locais citados, tomando como base a *Carta Chorográfica do Estado de Pernambuco* de Sebastião de Vasconcellos Galvão², produzida no século XIX. Esta carta foi escolhida porque possui uma boa representação de acidentes geográficos e de topônimos com denominações mais próximas cronologicamente ao período abarcado pela pesquisa.

Considerou-se como elementos significativos para a definição da localização das populações indígenas não aldeadas, pontos de referência como rios, serras, lagos, chapadas, etc. que foram citados como lugares onde um determinado grupo indígena costumava se estabelecer. Foram inseridos 204 registros que delimitam 24 etnônimos nas unidades ambientais definidas para essa pesquisa (**Tabela 1**).

²Este mapa faz da seguinte obra: GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Recife: CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, 1992.

Tabela 1: Etnônimos identificados na pesquisa que puderam ser relacionados à unidades ambientais (em ordem alfabética)

Etnônimo		Unidades ambientais
1	Avis	Rio Moxotó e Rio Pajeú
2	Bacaladas	Serra das Guaribas (Serra do Comunati) e Rio Ipanema
3	Cabelos Vermelhos	Rio Moxotó
4	Calabassa	Ilhas do Submédio São Francisco
5	Caracuis/Caraquis	Rio Pajeú, Chapada do Araripe, Serra dos Cariris Velhos
6	Caraíbas	Rio Brígida
7	Carateú	Rio Pajeú
8	Cariri	Ilhas do Submédio São Francisco
9	Caruaz ou Caruasú	Ilhas do Submédio São Francisco
10	Carnijós	Serra das Guaribas (Serra do Comunati)
11	Coripós/Caripós	Ilhas do Submédio São Francisco
12	Guegues/Oguez /Ouês/Ohy	Rio Pajeú, Rio Moxotó, Rio Piancó, Chapada do Araripe, Serra dos Cariris Velhos, Serra do Ororubá, Serra do Catimbau, Serra Boa Sorte (Serra do Umã), Serra do Arapuá, Ilhas do Submédio São Francisco
13	Ichuz/Enxus	Chapada do Araripe, Ilhas do Submédio São Francisco
14	Jeritacós/Jeripancós	Serra Grande ou dos Pingos (Serra de Tacaratu)
15	Mangueza/Manguezes	Rio Pajeú, Rio Moxotó, Rio Piancó, Chapada do Araripe, Serra dos Cariris Velhos, Serra do Ororubá, Serra do Catimbau, Serra do Arapuá
16	Oris	Ilhas do Submédio São Francisco
17	Pankararu/Pancararú/Brancararú	Serra Grande ou dos Pingos (Serra de Tacaratu), Ilhas do Submédio São Francisco.
18	Paraquió/Paratió	Rio Pajeú, Rio Moxotó, Serra do Ororubá, Ilhas do Submédio São Francisco
19	Pipipã	Rio Pajeú, Rio Moxotó, Rio Piancó, Chapada do Araripe, Serra dos Cariris Velhos, Serra do Ororubá, Serra do Arapuá, Ilhas do Submédio São Francisco
20	Porcás/Procás/Porús	Ilhas do Submédio São Francisco
21	Tamaqueús/Tamaquiuz	Ilhas do Submédio São Francisco
22	Umãs/Humanz	Rio Pajeú, Rio Piancó, Chapada do Araripe, Serra dos Cariris Velhos, Serra Boa Sorte (Serra do Umã), Ilhas do Submédio São Francisco
23	Xocós/Chocós	Rio Pajeú, Rio Moxotó, Rio Piancó, Chapada do Araripe, Serra dos Cariris Velhos, Serra do Ororubá, Serra do Catimbau, Serra das Guaribas (Serra do Comunati), Serra do Arapuá, Ilhas do Submédio São Francisco
24	Xucuru/Sukuru	Rio Moxotó, Serra do Ororubá, Serra das Guaribas (Serra do Comunati)

Foi construído um Sistema de Informações Geográficas (SIG) com o objetivo de abarcar o contexto ambiental e político do Estado de Pernambuco, assim como de seu entorno imediato. A base de dados foi então relacionada ao SIG, permitindo a apresentação das distribuições espaciais de cada etnônimo. Foram inseridos, neste sistema, as seguintes feições:

- Modelo Numérico de Elevação (MNE), criado a partir de dados SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*) da Nasa, com resolução de 90m e altimétrica de 1m;
- Rede de drenagem, extraídas de modelos digitais de elevação criados a partir de dados SRTM. Vetorização do Rio São Francisco a partir da *Carta Chorográfica do Estado de Pernambuco* com seus limites anteriores à criação das barragens hidrelétricas;
- Imagens de satélite com resolução de 2m, obtidas através do software Google Earth;
- Curvas de nível com 10 e 50m de equidistância, baseadas no Modelo Numérico de Elevação;
- Malha municipal atual, baseados nos limites estabelecidos pelo IBGE, 2010;
- Unidades ambientais, criadas a partir da delimitação das bacias de drenagem e das principais elevações topográficas;
- Base de dados relacional com dados dos etnônimos, criada a partir da documentação analisada.

Foram criados 26 mapas, um para cada etnônimo citado na documentação (**Figura 2**). A partir da distribuição espacial de cada um dos etnônimos, foi elaborado um mapa sintético dos etnônimos indígenas no Estado de Pernambuco no século XVIII (**Figura 3**).

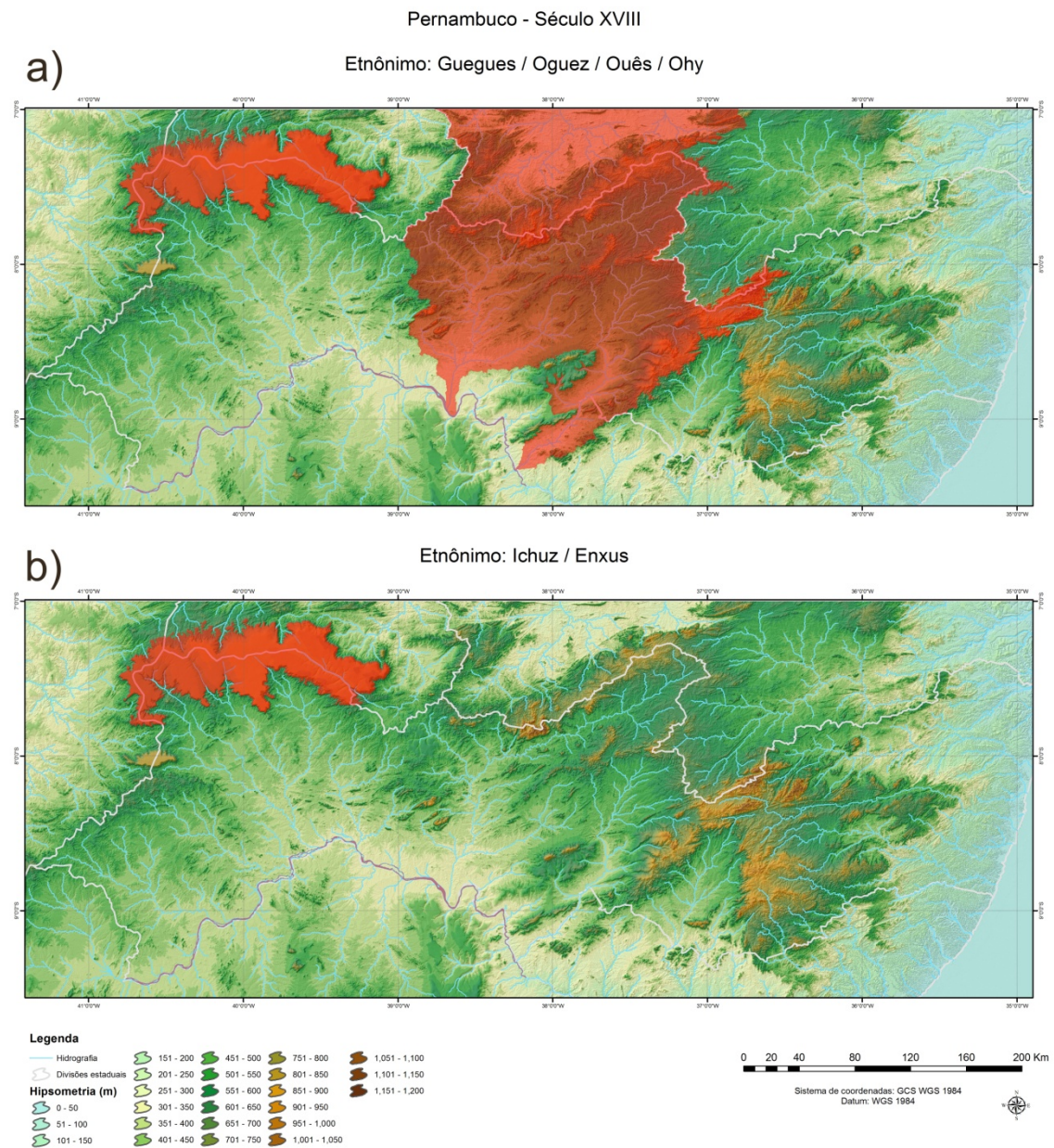
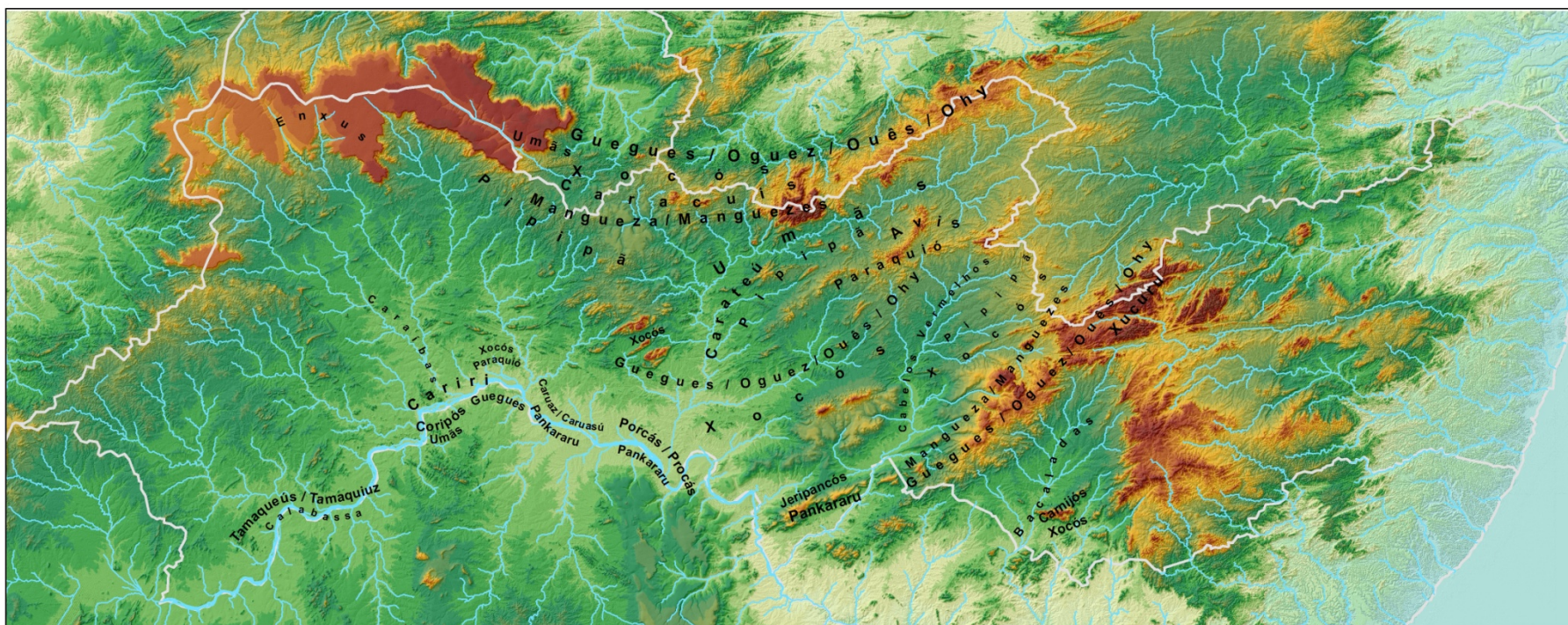


Figura 2: Distribuição espacial no Estado de Pernambuco no século XVIII dos etnônimos Guegues/Ogues/Ouês/Ohy (a) e dos etnônimos Ichuz/Enxus (b).



Legenda

— Hidrografia	151 - 200	451 - 500	751 - 800	1,051 - 1,100
— Divisões estaduais	201 - 250	501 - 550	801 - 850	1,101 - 1,150
Hipsometria (m)	251 - 300	551 - 600	851 - 900	1,151 - 1,200
0 - 50	301 - 350	601 - 650	901 - 950	
51 - 100	351 - 400	651 - 700	951 - 1,000	
101 - 150	401 - 450	701 - 750	1,001 - 1,050	

Pernambuco Mapa de etnônimos indígenas Século XVIII

0 20 40 80 120 160 200 Km

Sistema de coordenadas: GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984



Figura 3: Mapa síntese da distribuição de etnônimos indígenas no Estado de Pernambuco no século XVIII.

Resultados alcançados

Após a localização dos etnônimos no mapa pudemos começar a perceber a relação entre o ambiente e a configuração de territórios étnicos. Chama atenção a presença de grupos mencionados como nômades, que se deslocavam ao longo dos vales dos rios Moxotó e Pajeú. Identificou-se a presença dos Xucuru, Xocó, Paraquió, Mangueza, Guegues, Cabelos Vermelhos, Pipipã e Avis ao longo do Moxotó e Xocó, Umã, Pipipã, Caracuis, Carateus, Guegue, Mangueza e Paraquió ao longo do Pajeú.

Outro ponto de circulação de grupos identificado no mapeamento foi o entorno da Chapada do Araripe, na divisa entre Pernambuco e Ceará. Nesta região foram mencionados os Guegue, Mangueza, Pipipã, Xocó e Enxus. Os mesmos etnônimos, excetuando os Enxus, também estão presentes em deslocamentos que têm como referência o rio Piancó, na Paraíba. A continuidade do mapeamento nestes Estados permitirá uma maior visibilidade dos deslocamentos e territorialidades indígenas ao longo dos séculos, que têm uma dinâmica que não obedece às divisões políticas contemporâneas.

A presença e circulação de etnias não aldeadas no semiárido, por regiões bastante vastas ao longo do século XVIII, indica que essa região ainda não havia sido completamente conquistada pelos colonizadores. Fica evidente no mapa um vazio encontrado nas bacias dos rios Brígida, Garças e Pontal. Isso aponta que o processo de conquista ainda não havia se intensificado nessa região, contrastando bastante com as bacias do Pajeú, Moxotó e Ipanema.

Um aspecto que merece ser destacado é a utilização de algumas serras, margens e ilhas como pontos de concentração de etnias não-aldeadas, aldeias e aldeamentos indígenas. Nas Ilhas do São Francisco, podemos mencionar as Ilhas de Pontal, do Inhamum, de Arapuá (Santa Maria), do Cavalo (São Felix), da Vargem (Várzea), de Pambu (Assunção), todas com aldeamentos indígenas; e, em duas delas, Santa Maria e Assunção, a instalação em 1761 de vilas indígenas coloniais com a transferência compulsória de índios aldeados e não-aldeados do sertão e de aldeias existentes nas outras ilhas (MEDEIROS, 2007) (**Figura 4**).

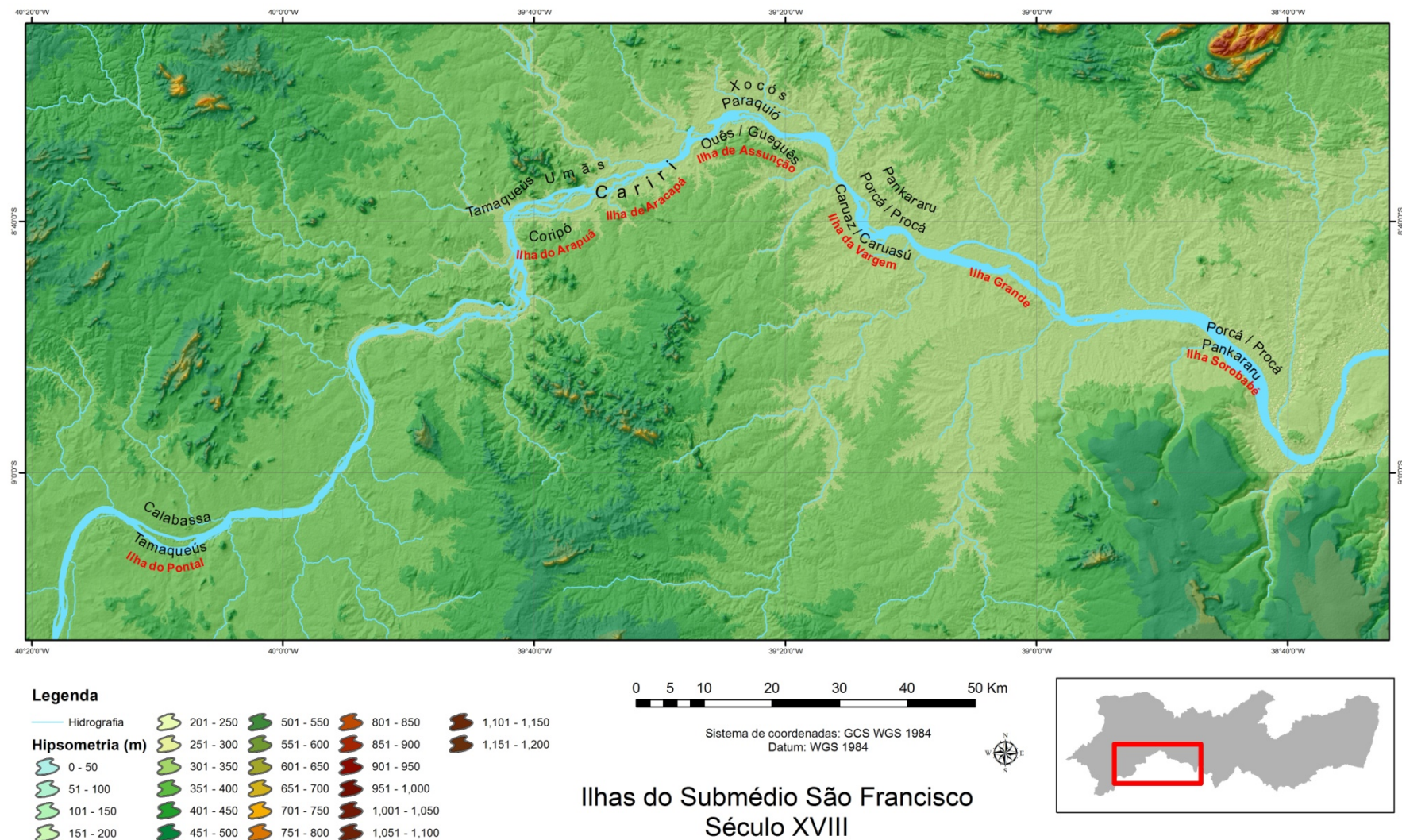


Figura 4: Mapa de distribuição de etnônimos indígenas nas ilhas do Submédio São Francisco no século XVIII.

Entre as serras de maior circulação e concentração de povos, aldeias e aldeamentos indígenas podemos citar a Serra do Ororubá, do Comunati, de Tacaratu e a do Araripe, sendo, as três primeiras, ainda territórios de três importantes etnias do Estado, respectivamente os Xucuru, Fulniô e Pancararú, o que indica que territorialidades indígenas, embora em constante transformação, podem manter-se até o presente.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Recife: CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, 1992.

IBGE (2010) Malha Municipal. Brasília: IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O Descobrimento dos Outros: Povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2000.

_____. Política Indigenista do Período Pombalino e Seus Reflexos nas Capitâneas do Norte. In: OLIVEIRA, Carla Mary da Silva; _____. *Novos Olhares sobre as Capitâneas do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: UFPB, 2007. p. 125-159.

_____. Povos Indígenas nas Guerras e Conquistas do Sertão Nordeste no Período Colonial. In: *Revista Clio, Série História do Nordeste*, Recife-PE, UFPE, n. 27.1. pp. 331-361. 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A viagem da volta: reelaboração cultural e horizonte político do povos indígenas do Nordeste. In: *Atlas das Terras Indígenas/Nordeste*. Rio de Janeiro/ PETI/ Museu Nacional, 1993.p. 5-8

_____. Uma “etnologia dos índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999. p. 11-39

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi. Volume 8. Região*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p. 262-290.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth. In: *MANA* 10(1):165-192, 2004

Fontes utilizadas para a criação da base de dados

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU (Lisboa). Códice 1919 – “Devassa a que Mandou Proceder o Governador e Capitão Geral de Pernambuco Acerca do Assalto que o Gentio Bravo ‘Pipães e Paraquiós’ Fizeram na ‘Ribeira do Moxotó’ no dia 28 de agosto de 1759 e do Qual Resultaram Algumas Mortes”. 13/10/1759, Ribeira do Moxotó – Fazenda Cuncalaco.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU (Lisboa). Documentos Avulsos - Pernambuco. AHU PE d. a. 1739.12.10.

BARBALHO, Nelson. [a]. Cronologia Pernambucana: Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Vol. 6, 1698-1712. Recife-PE: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1982.

BARBALHO, Nelson. [b]. Cronologia Pernambucana: Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Vol. 7, 1713-1750. Recife-PE: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1983.

BARBALHO, Nelson. [c]. Cronologia Pernambucana: Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Vol. 8, 1751-1775. Recife-PE: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1983

Descrição de Pernambuco em 1746 In: Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Recife, Tomo XI, 1904. p. 168/180

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (DHBN). Carta para o Coronel Garcia de Ávila sobre Índios para a Conquista do Rio Grande. Bahia, 12/07/1723. In: DHBN Vol. 45. fls. 98-102

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (DHBN). Carta para o Para o Padre Prefeito do Hospício de Nossa Senhora da Piedade. 26/03/1716. In: DHBN Vol. 42. fls. 335-336

ENNES, Ernesto. A Guerra nos Palmares (subsídios para a sua história). 1º Volume Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" 1689-1709. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. (Brasiliiana, 127)

Livro Composto Principalmente de Cartas, Portarias e Mapas Versando sobre Vários Assuntos Relacionados com a Administração de Pernambuco e das Capitanias Anexas. Recife, 1760-1762. BN – I – 12, 3, 35. (Biblioteca Nacional – RJ)

Livro de Assentos da Junta das Missões, Cartas Ordinárias, Ordens e Bandos Que Se Escreveram em Pernambuco no Tempo do Governador Félix José Machado – 1712-1715 .BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa – PBA – Coleção Pombalina. Códice 115 – Brasil. Governo de Pernambuco – 1712-1715

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. [a]. O Descobrimento dos Outros: Povos indígenas do sertão nordestino no período colonial. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2000

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. [b]. Política Indigenista do Período Pombalino e Seus Reflexos nas Capitanias do Norte. In: OLIVEIRA, Carla Mary da Silva; _____. Novos Olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil. João Pessoa: UFPB, 2007. pp. 125-159.